



# newsletter

---

Nº 81 – OUTUBRO / 2013

---

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 [info@oliveirarego.pt](mailto:info@oliveirarego.pt)  
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

# ORA newsletter

---

**Nº 81 – OUTUBRO/2013**  
(circulação limitada)

## Assuntos em Destaque

<b>Resumo Fiscal/Legal – Setembro de 2013</b>	<b>2</b>
<b>Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento</b>	<b>3</b>
<b>Revisores e Auditores</b>	<b>6</b>

## **LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL**

**Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 129/2013, de 6 de Setembro** - Aprova o processo de privatização da CTT - Correios de Portugal, SA.

**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – Regulamento n.º 5/2013, de 7 de Setembro** - As alterações ao regime dos organismos de investimento colectivo introduzidas no ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de Maio, bem como as orientações e recomendações nesta área da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA), requerem a alteração do regime regulamentar, obrigando a uma revisão alargada das matérias constantes do Regulamento da CMVM n.º 15/2003 (revogado, assim como o Regulamento n.º 8/2007).

**Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – Regulamento n.º 6/2013, de 12 de Setembro** - Com a publicação do novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo, atrás referido, e a revisão do Regulamento da CMVM n.º 15/2003 (revogado), importa proceder à revisão do plano de contabilidade dos organismos de investimento colectivo previsto no Regulamento da CMVM n.º 16/2003, de modo a reflectir as alterações introduzidas pelo novo regime jurídico.

**Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Portaria n.º 286 - A/2013, de 16 de Setembro** - Cria a medida Incentivo Emprego. Esta medida é concretizada na atribuição de um apoio financeiro aos empregadores que celebrem, após 1 de Outubro de 2013, contratos de trabalho, regulados pelo Código do Trabalho. O apoio financeiro assim concedido corresponde a 1% da retribuição mensal do trabalhador, assumindo-se por referência o valor pago pelo empregador ao trabalhador e relevante para efeitos de incidência da taxa contributiva devida à Segurança Social.

2/6

# ORA newsletter

---

**Nº 81 – OUTUBRO/2013**  
(circulação limitada)

**Ministério das Finanças - Direcção-Geral do Tesouro e Finanças - Aviso n.º 11617/2013, de 17 de Setembro** - Publicita a taxa supletiva de juros moratórios relativos a créditos de empresas em vigor no 2.º semestre de 2013.

**Presidência do Conselho de Ministros - Instituto Nacional de Estatística, I. P. - Aviso n.º 11753/2013, de 20 de Setembro** - Torna público o coeficiente de actualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento para vigorar no ano civil de 2014.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 290/2013, de 23 de Setembro** - Aprova os novos modelos e as respectivas instruções de preenchimento das declarações de inscrição no registo/início, alterações e cessação de actividade e revoga a Portaria n.º 210/2007, de 20 de Fevereiro.

## CRÉDITO FISCAL EXTRAORDINÁRIO AO INVESTIMENTO

A Lei n.º 49/2013, de 16 de Julho, estabelece as normas para a obtenção de um Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI). Neste artigo abordaremos as condições relativas ao sujeito passivo, às despesas elegíveis e ao crédito fiscal.



### Condições relativas ao Sujeito Passivo

São susceptíveis de beneficiar deste crédito fiscal, todos os sujeitos passivos de IRC que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e que cumpram todas as seguintes condições:

- ✓ Disponham de contabilidade organizada de acordo com o SNC ou disposições em vigor para o respectivo sector de actividade;
- ✓ O seu lucro tributável não seja determinado por métodos indirectos (art.º 59º do CIRC);
- ✓ Tenham a sua situação fiscal e contributiva regularizada.

Cumpridas as condições referidas, os sujeitos passivos podem usufruir de um benefício fiscal, sob a forma de uma dedução à colecta.

3/6

# ORA newsletter

---

**Nº 81 – OUTUBRO/2013**  
(circulação limitada)

## **Despesas Elegíveis**

- ✓ O montante máximo de despesas elegíveis ascende a 5 milhões de euros;
- ✓ São consideradas elegíveis as despesas de investimento em activos afectos à exploração realizadas entre 1 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2013. Estas despesas respeitam a activos fixos tangíveis, activos biológicos que não sejam consumíveis e activos intangíveis sujeitos a depreciação, excepto se tiverem como proveniência um negócio entre o sujeito passivo e uma entidade com a qual se encontre numa situação de relação especial. De salientar que, salvo quando dizem respeito à actividade principal do sujeito passivo, não são consideradas elegíveis as despesas realizadas com a aquisição de viaturas de passageiros ou mistas, barcos de recreio e aeronaves de turismo, bem como as relativas a mobiliário e artigos de conforto ou decoração. Não são ainda elegíveis as despesas realizadas com a construção, aquisição, reparação e ampliação de edifícios;
- ✓ Os bens têm obrigatoriamente de ser adquiridos em estado novo e entrar em funcionamento/utilização até ao final de 2014. De referir que os terrenos não são considerados como sendo adquiridos em estado novo, sendo a sua aquisição considerada como uma despesa não elegível.

## **Condições relativas ao Crédito Fiscal**

O CFEI apresenta-se sob a forma de uma dedução à colecta, no montante de 20% das despesas de investimento elegíveis, até à concorrência de 70% da colecta do IRC respeitante ao exercício de 2013. De referir que, no caso de o sujeito passivo não apresentar uma colecta suficiente para absorver a dedução total devida no ano, o montante não deduzido poderá ser considerado nos cinco períodos de tributação subsequentes.



No caso particular do sujeito passivo optar pelo regime de tributação de grupos de sociedades, o apuramento do imposto é efectuado tendo por base a matéria colectável do grupo, sendo que a dedução tem como limite 70% da colecta do grupo, nunca podendo ultrapassar 70% da colecta que seria calculada individualmente pela sociedade que realizou o investimento, no caso de não ter optado por este regime especial.

4/6

---

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt  
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

# ORA newsletter

---

**Nº 81 – OUTUBRO/2013**  
(circulação limitada)

De modo a melhor ilustrar a aplicação desta lei, segue-se um pequeno exemplo:

*A Sociedade A realizou, durante o ano económico de 2013, investimentos em activos fixos no montante de 1.000.000€, sendo todo esse montante considerado elegível ao abrigo da Lei n.º 49/2013, de 16 de Julho. Neste caso, poderá usufruir de uma dedução à colecta, proveniente do investimento realizado, de 200.000€ (20% do total do investimento). Na sua declaração Modelo 22 relativa ao exercício de 2013, apurou uma colecta de 150.000€, podendo neste ano somente deduzir 70% desse montante, ou seja, 105.000€. Os restantes 95.000€ poderão ser deduzidos, nas mesmas condições, nas declarações Modelo 22 relativas aos exercícios de 2014 a 2018, inclusive.*

*Considerando que a mesma sociedade, com os mesmos montantes, se encontrava inserida num grupo de sociedades, optando por ser tributada de acordo com o regime especial de tributação de grupos de sociedades, e assumindo que a colecta do grupo ascendia a 210.000€, o montante máximo a deduzir em 2013 seria 147.000€, correspondendo a 70% da colecta do grupo. Contudo, nesse ano, só poderia ser deduzido 105.000€, na medida em que esse seria o valor máximo de dedução se a empresa A não tivesse optado por este regime de tributação.*

## **Notas finais**

- ✓ Os activos correspondentes às despesas elegíveis devem ser contabilizados de acordo com as regras que determinaram a sua elegibilidade, por um período mínimo de 5 anos, ou pelo período da sua vida útil, quando inferior.
- ✓ As despesas de investimento elegíveis no âmbito do CFEI não podem ser objecto de qualquer outro benefício fiscal.
- ✓ O processo de documentação fiscal (art.º 130 do CIRC) deverá incluir um documento que discrimine as despesas de investimento realizadas e respectivo montante, documento este que suporta o benefício obtido.
- ✓ No anexo deverá ser evidenciado o montante de imposto que deixou de ser pago proveniente da dedução à colecta efectuada no âmbito da presente Lei.



**- Susana Machado -**

5/6

# ORA newsletter

---

**Nº 81 – OUTUBRO/2013**  
(circulação limitada)

## REVISORES E AUDITORES

Realizou-se nos passados dias 12 e 13 de Setembro, o congresso anual dos revisores oficiais de contas.



**ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

O Congresso foi iniciado sobre o lema de “Auditoria: Desafio e Confiança”, decorrendo a mensagem chave da crescente necessidade de “accountability” o que vem reforçar a ideia de que os revisores oficiais de contas terão um papel importante no actual contexto económico e social como garante de confiança em prol do crescimento económico.

Os revisores oficiais de contas devem ser portadores de uma inequívoca credibilidade, para que os múltiplos utilizadores da informação certificada acreditem na qualidade, na ética, na independência e na competência destes profissionais. Sem esta confiança dificilmente se atingirão as mudanças e as reformas necessárias para o relançamento do mercado financeiro e, por conseguinte, da própria economia. Não basta granjear apenas a confiança dos investidores, mas sim alargá-la a múltiplos “stakeholders” que esperam dos revisores uma actuação credível e independente.

Para atingir esta “confiança” foi apontada pelo bastonário a necessidade de superar vários desafios:

1. Desafio da cooperação, quer a nível nacional, quer internacional, mantendo uma participação activa na IFAC e na FEE, incrementando o relacionamento com organismos congéneres e privilegiando as relações de parceria com entidades públicas e privadas.
2. A revisão legal de contas é uma profissão de interesse público e é na defesa desse interesse público que se deve pautar a respectiva actividade, as atitudes e as decisões.
3. Procura de melhoria contínua do conhecimento e competências, pilares que permitirão assumir uma posição respeitada, em defesa da qualidade e da confiança.
4. Manter elevados níveis deontológicos, assumindo-se o revisor como um parceiro activo na renovação da gestão, da supervisão e sobretudo na ética e integridade profissionais.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*